

A EDUCAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS ESPAÇOS COLETIVOS DE FORMAÇÃO

Rosana Horta Tavares Pereira¹

Antônio Marcondes de Araújo²

Tendo como esteio da argumentação minha própria experiência como professora da educação básica, realizo uma contextualização teórica do seguinte problema de investigação: como ampliar o papel político docente considerando os limites estruturais no Brasil da articulação entre o ensino aprendizagem do sistema escolar e a formação dos professores, para além da formação acadêmica e em serviço? Como pressuposto, apresento a ideia de que a ampliação do papel político docente estaria no fortalecimento da formação continuada dos professores realizada especialmente nos espaços sociais coletivos, com destaque para aqueles promovidos por redes particulares de ensino e pelos programas de formação do Ministério de Educação e Cultura.

Em oposição à teoria tradicional, que se conceitua como aquela que respeita o campo de domínio da ciência e baseia-se em dados empíricos, a base epistemológica dessa argumentação é o da teoria crítica, que atribui ao intelectual uma função eminentemente social, considerando que o comportamento crítico consciente integra o desenvolvimento da sociedade.

O contexto social de uma análise a ser realizada aponta que na educação, no que diz respeito ao ensino privado, percebo que o objetivo central tem sido o de intensificar os processos de trabalho dos professores por meio também das políticas de formação continuada.

Em um quadro de sociedade do conhecimento, a educação ganha, mundialmente, novos contornos, como um dos mais importantes fatores de melhoria das qualificações do trabalhador visando a multiplicação da produtividade, sendo para tanto necessário acentuar o caráter mercantil da educação.

No terreno dos trabalhadores docentes é possível notar (entre os professores presentes em cursos de formação continuada na qual atuo como docente), mais com sua prática do que com uma explícita verbalização, atitudes que os colocam em uma posição de resistência à exploração do trabalho. Neste ponto, o desafio que me coloco para aprofundamento teórico é de como tais professores poderiam transformar uma *rebelia* nem tão velada em atuações coletivas da categoria.

Venho notando como é o grande compromisso de alunos-professores/trabalhadores com os seus alunos-futuros-trabalhadores. E me pergunto: será que esta identidade entre uns e outros, como solidariedade interna de classe, não deveria ser melhor observada por pesquisadores?

Diante da resistência e do compromisso de muitos professores que lidam com tantas dificuldades materiais e os decorrentes de sua formação, creio ser empolgante colocar como uma proposta de pesquisa a ser realizada, certo resgate da memória recente de trabalho desses professores, relacionada com os projetos de formação continuada das escolas. Por outro lado, devido às deficitárias condições de trabalho e do paradoxo representado ao mesmo tempo por um descompromisso com a educação, faz-se importante analisar até que ponto estes profissionais estão sendo

¹ Licenciada em Letras/Português-Puc Minas e Mestre em Educação FaE/UFMG. Consultora Pedagógica na formação continuada de professores realizada nos estados brasileiros. Professora de Produção textual e Metodologia Científica para o Ensino Médio e Ensino Superior.

² Bacharel em Nutrição/ Mestre em Educação/ Professor da Universidade Salgado de Oliveira

acometidos pela síndrome da desistência, ou, por outro lado, se lhes falta uma perspectiva crítica e de busca de autonomia, em um sentido político mais amplo, e para além da sala de aula.

Devido a tais questões uma das categorias de análise do tema proposto é a da autonomia que, entendida em um terreno coletivo, representa a capacidade de criação de relações sociais de tipo novo, configurando-se em um aberto antagonismo com as relações sociais existentes na sociedade capitalista. Nesse sentido, nos termos propostos até aqui explícitos, a educação, contrariamente ao seu caráter meramente mercantil, ocupa um lugar estratégico para que se possa racionalizar sobre a autonomia e a emancipação dos trabalhadores, para além da inclusão social.

A formação crítica docente tem sido um tema central de inúmeros educadores brasileiros, dentre os quais se destaca Freire (2000), com toda uma obra que se tornou referência também neste tema. Entretanto, um dos problemas centrais dos movimentos sociais, historicamente, tem sido o de reiteradamente lidar com a questão de que o despertar da consciência política do trabalhador é uma tarefa impossível de ser realizada de fora para dentro.

Estabelecer um diálogo também com aqueles autores da área de administração em sua preocupação, como pensadores críticos da Organização, com uma hegemonia do mundo administrado torna-se necessário. Neste exato ponto podemos perceber uma interlocução entre autores da administração e os da educação crítica (especialmente os que têm o trabalho como categoria basilar de análise) no que diz respeito à consideração de que uma postura crítica do docente pode ser ferramenta central para a mudança no espírito gerencialista presente na literatura e pesquisas (da administração, e da educação também), e predominante nas salas de aula, especialmente na rede privada.

Analiso então como um desafio, para o tema da formação continuada de professores, propor um processo formativo para além da reprodutibilidade, motivando-os a refletir sobre suas ações no âmbito social, estimulando-os a questionar as realidades humanas naturalizadas e vislumbrando outras formas de se organizar a sociedade.

Diante do exposto, é de extrema importância analisar a política dos espaços de formação coletivos, entendidos como aqueles em que são privilegiadas as perspectivas de alteração das atuais relações sociais de trabalho. Serão analisados os diversos *loci* do tema formação continuada cursos de formação das escolas, representação da questão em trabalhos acadêmicos e, especialmente, os programas e ações de formação do MEC, verificando se os espaços de formação se caracterizariam como de uma maior participação dos docentes em seu próprio processo de formação, e se os mesmos abrangem, e em que sentido, tanto os aspectos acadêmicos quanto empresariais e políticos da profissão. E ainda, se desdobrar na análise da questão nas esferas empresarial, na esfera da política estatal e na esfera legal.

Como proposta de abordagem metodológica uma perspectiva dialética, de caráter interdisciplinar, indicaria a importância de um *diálogo* entre a educação e as áreas de conhecimento. Será privilegiada a dimensão coletiva ou social da formação, compreendida como a capacidade do ser humano em interpretar sua realidade para nela atuar de forma crítica, e transformadora. Assim, secundarizar-se-ia, na futura investigação, a dimensão meramente individual da formação continuada (como uma tecnologia.). Dentre as metodologias qualitativas, analiso ser a *pesquisa-participante* (Haguete, 1987), a concepção teórico-metodológica que compõe com a análise proposta o amálgama necessário para a busca de alguns indícios que possam acrescentar algo de novo aos estudos já existentes sobre o tema. Apóio-me também em Sirvent (2004), quando afirma que

[...] os princípios epistemológicos, teóricos e metodológicos compartilhados por uma educação popular (...) e a Investigação Participativa são consistentes com estas intencionalidades e se apóiam nos conceitos básicos do paradigma da teoria crítica. (...) O objetivo central da educação popular de criar consciência pode potencializar-se, fortalecer-se, e consolidar-se com a introdução do componente de investigação social para construir uma ciência emancipatória, um conhecimento científico emancipatório posto ao serviço da construção do Projeto político dos setores populares que a partir da resistência buscam criar formas de organização social. E para isto as ferramentas da investigação social postas a serviço da educação popular (...) e da luta do povo por sua libertação podem ser férteis e frutíferas... e se não são, não são nada. (SIRVENT, 2004, p.19)

Pela natureza da problemática que se pretende desenvolver, o estudo que ora antevejo possui uma ideia de que *só se aprende a ensinar, ensinando*. O que é inovação só pode ser reação de ação, a partir da ideia de cooperação entre professores e suas práticas profissionais leitoras diferenciadas e uma reflexão da experiência para uma construção sociológica da própria profissão.

REFERÊNCIAS

HAGUETE, Teresa M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1998, 163p.

FREIRE, Paulo. **“Pedagogia da Indignação”**- cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Ed UNESP, 2000.

SIRVENT, María Teresa **La educación de jóvenes y adultos frente al desafío de los movimientos sociales emergentes en Argentina**. Caxambú: Reunión Anual da Anped, 27, 2004.